

TAXA PAGA



# Blumenau em cadernos

TOMO XIII ★ MAIO DE 1972 ★ Nº. 5

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças  
à generosa contribuição dos seguintes  
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumemau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Emprêsa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Banco Brasileiro de Descontos S/A.

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

# Bluménau

## em Ladernos

TOMO XIII

Maio de 1972

Nº. 5

## Armorial Catarinense (III)

### ARMAS DE INDAIAL

EDISON MUELLER

Em meados de 1970, em feliz iniciativa de seu Diretor Carlos Humberto Correa, o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do nosso Estado encetou a organização de álbum no qual pretendia reunir as armas dos municípios catarinenses. Cedo se constatou, porém, que era reduzido o número desses emblemas distintivos, o que levou aquêlo órgão governamental a realizar junto às Prefeituras catarinenses campanha no sentido de instituírem armas para os respectivos municípios.

Em resposta à sugestão, várias Prefeituras manifestaram seu interesse na consecução daquele objetivo. Sucedeu assim que, informado dos nossos estudos de Heráldica, sobretudo a concepção das armas de Balneário Camboriú e Ascurra, o sr. Werner Pabst, digno e laborioso Prefeito de Indaial, nos confiou em janeiro de 1971 a execução do projeto visando a criação de um símbolo semelhante para seu município.

Após a indispensável pesquisa histórica sôbre seus fatos memoráveis, estabelecemos os motivos básicos e preparamos os projetos preliminares para as armas de Indaial que, em junho do mesmo ano, foram submetidos ao Prefeito Municipal e, mais tarde, aos edis da Câmara local. Logo esta selecionou a composição final para as armas e a bandeira do município, tornando possível assim realizar na cidade uma exibição prévia, durante o desfile cívico do dia 7 de setembro, de um painel com as armas indaialenses reproduzidas em suas côres próprias.

A instituição definitiva desses dois símbolos heráldicos só ocorreu, no entanto, algumas semanas mais tarde, através da Lei nº 664, de

2 de fevereiro de 1972, que criou as armas, e da Lei nº 670, de 21 de fevereiro de 1972, que criou a bandeira.

Transcrevemos a seguir o texto integral da lei que instituiu as armas de Indaial, ao qual foram acrescentadas as necessárias referências bibliográficas, que, evidentemente, não constaram nesse documento oficial:

«LEI nº 664

INSTITUI AS ARMAS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL

WERNER PABST, Prefeito do Município de Indaial, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que, em consonância com a faculdade concedida na Constituição Federal de os Municípios terem símbolos próprios, a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Ficam instituídas as Armas dêste Município que, conforme modelo e descrição anexos, têm o seguinte brasonamento:

«Escudo português; de goles quatro flechas passadas em aspa e entrelaçadas de prata, acompanhadas de trinta e quatro besantes de ouro dispostos em orla. Coroa mural de ouro forrada de goles com quatro tôrres abertas do segundo. Divisa: «INDAIAL» de prata em listel de goles.»

**Artigo 2º** - É obrigatório o uso das Armas do Município nos papéis de expediente da Prefeitura e da Câmara Municipal e em tôdas as publicações de caráter oficial; bem como em todos os próprios municipais e veículos motorizados pertencentes à Prefeitura.

§ único - Os atuais papéis de expediente da Prefeitura e da Câmara Municipal continuarão em uso até sua extinção normal.

**Artigo 3º** - Nas reproduções monocromáticas, as Armas ora instituídas deverão ter seus esmaltes (metais e côres) indicados segundo as respectivas convenções heráldicas universalmente adotadas.

**Artigo 4º** - É vedado o uso das Armas de INDAIAL sem prévia autorização do Prefeito Municipal, sob pena de multa a ser fixada. Os objetos contendo reprodução dêsse emblema feita em desacôrdo com os modelos legais serão apreendidos e incinerados pelo Poder Público municipal competente.

**Artigo 5º** - É igualmente proibido que se apresente ou se trate com desrespeito o mesmo símbolo municipal, sôbre o qual é vedado colocar inscrições impróprias,

**Artigo 6º** - É o Poder Executivo autorizado a tomar tôdas as providências necessárias à reprodução e divulgação das Armas do Município,



Cortesia da Prefeitura Municipal de Indaial

Desenho de Edison Mueller

devendo estimular, pelos meios ao seu alcance, o ensino do desenho do símbolo precitado em todos os estabelecimentos de ensino indaialenses.

Artigo 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a abrir crédito especial para a cobertura das despesas oriundas desta Lei.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Indaial (SC), 2 de fevereiro de 1972

(a) Werner Pabst, Prefeito Municipal



ANEXO da Lei nº 664, de 2-2-1972, que institui as Armas do Município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

### BRASONAMENTO

Escudo português; de goles quatro flechas passadas em aspa e entrelaçadas de prata, acompanhadas de trinta e quatro besantes de ouro dispostos em orla.

Coroa mural de ouro forrada de goles com quatro tórres abertas do segundo. Divisa: «INDAIAL» de prata em listel de goles.

### ELUCIDAÇÃO HERÁLDICA

#### ESCUDO PORTUGUÊS

também chamado entre outras designações **ibérico** e **boleado**, com sua ponta formada por um semicírculo, porque êsse, de singela feição e caracteristicamente peninsular, de uso intenso na Idade Média e em Portugal mormente à época do descobrimento e da colonização do Brasil, no consenso dos nossos heraldistas é o melhor indicado para as nossas cidades. Na Heráldica brasileira, êle evoca a origem da nossa raça, para cuja formação contribuiu o português como elemento étnico primordial. (1)

#### DE GOLES

significa que o **campo** ou fundo do escudo, sôbre o qual assentam figuras e peças móveis adiante descritas, é vermelho - com a tonalidade do vermelhão claro. (2)

#### QUATRO FLECHAS

A **flecha** é uma das principais figuras fornecidas à Heráldica pelo equipamento de caça. Nobre elemento, já consagrado em todos os tempos, aparece justamente por isso nas armas de numerosas cidades européias, v. g. **Schönberg** (3) e **Stockelsdorf**, (4),

na República Federal da Alemanha; **Sheffield**, na Grã-Bretanha (5); e também, em território da Rússia (província de Calinim), **Gusev** (ex-cidade de Gumbinnen, na antiga Prússia Oriental), (6).

A flecha de ouro existente no brasão e também na insígnia («*badge*») da cidade de **Bolton**, na Grã-Bretanha, recorda (7) a participação dos arqueiros locais na decisiva batalha de Flodden, em 1513, quando os ingleses, sob o comando do conde de Surrey, derrotaram as tropas do rei Jaime IV, da Escócia.

As setas são mais amiudemente um símbolo alusivo ao orago da localidade, um mártir que sofreu suplício ou a morte a flechadas. Assim, nas armas da capital da Noruega, **Oslo**, e da cidade alemã de **Oberursel** (Taunus), há a imagem de seus respectivos padroeiros, Santo Hallward (8) e Santa Úrsula (9), empunhando três flechas, armas com que de acôrdo com a tradição piedosa teriam sido mortos.

No brasão da cidade inglesa de **Bury St. Edmunds** as setas de prata que atravessam as três coroas de ouro recordam o rei anglo Santo Edmundo que, conforme a legenda histórica, foi morto da mesma maneira em Hoxne, no ano de 869, por invasores daneses. (10)

As duas flechas de prata cruzadas existentes nas armas da cidade alemã de **Martinthal** são atributo de seu padroeiro, São Sebastião. (11) No brasão da Província portuguesa de **Moçambique** há um feixe de setas que também são alusivas ao mesmo padroeiro, a recordar que foi na antiga Vila de São Sebastião de Moçambique que primitivamente se estabeleceu a sede do Governo da Província. (12)

Na Heráldica territorial brasileira as flechas são igualmente figuras assaz freqüentes e já em 1897 constaram nas armas adotadas pelo **Estado do Amazonas**, que as ostenta até hoje. Têm entre nós significações distintas.

Representam, em primeiro lugar, a exemplo do que sucede na Europa, uma veneração ao padroeiro da cidade ou do Estado, em geral São Sebastião — como ocorre v.g. nas armas do **Estado da Guanabara**, de **São Sebastião do Paraíso** (MG), de **Barra Mansa** (RJ) e dos municípios paulistas de **São Sebastião**, **Piraju** e **Pôrto Ferreira**.

As flechas assinalam sobretudo, porém, a presença dos primitivos donos das terras, os aborígenes brasileiros, aludindo diretamente a sua presença física na região e a sua legítima e múltipla contribuição à nacionalidade — como sucede v.g. nas armas da nossa Capital, **Brasília**, e do **Estado do Amazonas**,

além de Mogi das Cruzes (primitivas) e Cubatão, no Estado de São Paulo, Vitória, no Espírito Santo, e dos municípios fluminenses de Niterói, Angra dos Reis, Itaboraí, Marquês de Valença, Natividade do Carangola, São Fidélis e São Gonçalo.

De acôrdo com os princípios das Heráldicas lusitana e francesa, das quais sobretudo herdamos preceitos e cânones, a flecha se coloca no escudo ordinariamente com a ponta para cima (13) ao contrário do que sucede na Grã-Bretanha. (14) Portanto, sômente quando diferir da normal é que sua posição deve ser brasonada. No presente caso, se as setas estivessem com as pontas para baixo, seriam designadas como *cadentes* (da mesma forma que no idioma italiano, equivalendo ao têrmo francês «tombante»). (15)

#### PASSADAS EM ASPA

Diz-se de duas figuras compridas (como espadas, lanças etc.) cruzadas uma sôbre a outra, (16) afetando no conjunto a forma de uma cruz de Santo André ou aspa, peça heráldica semelhante à letra X.

#### E ENTRELAÇADAS

Ou seja, cada flecha cruza alternadamente por baixo e por cima das outras. (17)

#### DE PRATA

significa que tôdas as quatro setas são inteiramente dêsse metal. Se o esmalte das penas ou da ponta (chamado *ferro*) fôsse diferente do esmalte da haste, então se deveria indicar também expressamente o pormenor, mediante têrmos apropriados.

#### ACOMPANHADAS DE TRINTA E QUATRO BESANTES DE OURO

*Besante*, nome derivado de Bizâncio (atual cidade de Istambul), lugar onde teriam sido cunhadas pela primeira vez, é o têrmo genérico usado para designar as peças de moeda de ouro, de origem oriental e de certo valor, que circularam livremente pela Europa, em lugar do «solidus», até cêrca de 1453. (18)

Deriva-se precisamente daí o fato de o *besante* heráldico, um pequeno disco de metal (ouro ou prata), ser identificado, de acôrdo com a versão mais popularizada, com uma moeda. Justifica-se assim a freqüente presença de besantes nas armas de numerosos Bancos inglêses, a caracterizar sua atividade. (19)

Não existe, porém, uma simbologia estereotipada dessa peça móvel heráldica, razão por que outras interpretações válidamente lhe foram emprestadas. Por exemplo, nas armas do segundo filho do rei inglês João Sem Terra, Ricardo, Conde de Cornwallha e de Poictou (1209-1272), de que existe reprodução na abadia de Westminster, há «uma bordadura de sable carregada



de 22 besantes de ouro», os quais não figuram moedas. Em calembur alusivo ao condado francês de Ricardo, Poictou, aquêles besantes representam ervilhas («pois») douradas. (20)

Não existe contra-senso nessas interpretações dispares, que estão rigorosamente de acôrdo com a melhor tradição parassematográfica. A Heráldica é sobretudo uma arte de símbolos; logo, os emblemas heráldicos não são representações fotográficas das figuras que representam. (21) Aliás, uma lei fundamental da Heráldica estabelece justamente que «nenhum elemento animado ou inanimado, natural ou artificial, pode ser considerado como heráldico sem transformar artisticamente, por meio da estilização, as suas formas naturais». (22) Por conseguinte, nem as plantas nem os animais heráldicos são os mesmos que se encontram na natureza — na floresta ou em jardim zoológico.

Mas, depois do fulgurante esplendor da Heráldica nos séculos XIV e XV, ocorreu o desastroso triunfo da iluminura sôbre a ingênua e característica simplicidade de desenho e de colorido do primitivo brasão. Foram então abandonadas as belezas dêsse convencionalismo heráldico em favor de caóticas representações essencialmente naturalistas — mares revoltos, carnações, vegetais e animais de tôda espécie, cachoeiras, veículos diversos, paisagens bucólicas, chamas com fumo, obras arquitetônicas e tudo. (23) Seguiram-se séculos de profunda decadência da arte parassematográfica.

Apenas no decurso da segunda metade da última centúria dão-se, em tôda a Europa, os passos decisivos do renascimento da Heráldica como Ciência, como Técnica e como Arte. (24) A partir daí entrou em declínio a antiga mania de se introduzir no brasão figuras não pertencentes à Heráldica clássica, muitas vêzes de mau aspecto, que resultaram numa multiplicação excessiva de seu número e, dessa forma, concorreram para dar menor nobreza ao conjunto das armas. (25)

A lúcida tendência contemporânea é, como regra básica, usar as formas heráldicas antigas com nôvo significado. (26)

O exemplo mais notável da adaptabilidade à vida moderna da velha ciência heráldica são as armas concedidas em 1955 na Grã-Bretanha à «United Kingdom Atomic Energy Authority», que ilustram de modo perfeito os usos pacíficos da energia atômica. (27) Encontramos ali, dentre outros detalhes notáveis, a representar a «pilha atômica», um bloco de grafite onde se introduzem varetas de urânio — o campo negro do escudo semeado de besantes de prata.

As Armas do Município de Indaial também se vinculam à teoria heráldica moderna.

À solução simplista, anacrônica e arcaica de se colocar no campo do escudo uma ou mais representações ao natural de uma determinada espécie de palmeira brasileira, ditada com justos e inegáveis motivos pelos fatos históricos adiante mencionados, optou-se por uma alegoria que está em consonância com o verdadeiro espírito heráldico.

Nas armas indaialenses, portanto, os besantes de ouro não representam moedas, mas os pequenos frutos (drupas) daquele coqueiro brasileiro, como se vistos fôsem em sentido transversal.

### DISPOSTOS EM ORLA

Há, em Heráldica, duas figuras, ou melhor «peças honrosas», que, pela sua similitude, lembram, em termos genéricos, uma fita estreita a cingir o campo do escudo: a **bordadura** e a **orla**.

Os bordos exteriores da bordadura coincidem com o contorno do próprio escudo; os interiores lhe são paralelos, ordinariamente. Não há, porém, tamanho estereotipado ou oficial para a bordadura, cuja largura variou sempre. (28) Essa dimensão é normalmente igual à sexta parte da largura total do escudo, (29) podendo variar entre um sétimo (30) e, no máximo, um quinto, (31) dependendo sobretudo das peças móveis heráldicas de que esteja carregada, cujo desenho exija mais espaço para sua correta representação.

A orla, embora se assemelhe à bordadura, tem contudo menores dimensões. Seus bordos exteriores não se confundem com os do escudo, deixando visível, à sua volta, uma porção de campo igual à largura normal de uma bordadura. (32)

Por conseguinte, quando uma série de peças móveis heráldicas são alinhadas no sentido e a uma pequena distância do bordo do escudo (em teoria na posição ocupada por uma orla, de fato usualmente mais na posição ocupada por uma bordadura) (33) devem ser descritas como «dispostas em orla».

Como ornamentos externos do brasão propriamente dito, encontramos:

### COROA MURAL DE OURO

que é o emblema privativo e consagrado das municipalidades e de sua autonomia administrativa. (34)

De acôrdo com o uso heráldico, tanto a muralha como suas tôrres são **lavradas**, isto é, têm as juntas de alvenaria (ou arestas da pedraria que as compõem) marcadas geralmente de **sable** (prêto), razão por que nenuma referência ao fato é necessário neste brasonamento.

## FORRADA DE GOLES

Ou seja, a superfície interior da coroa tem côr diferente da exterior e, no caso, é esmaltada de goles (vermelho). As coroas heráldicas, como assinalou com precisão o insigne mestre e o pesquisador infatigável Émile Gévaert, deixam entrever, com raras exceções, seu fôrro vermelho.

## COM QUATRO TÔRRES

apresentadas de conformidade com a perspectiva, isto é, duas visíveis: uma no centro e meia de cada lado. O número de ameias das tôrres vulgarmente é de três, razão por que é dispensável enunciar tal detalhe.

## ABERTAS DO SEGUNDO

Significa que as portas têm coloração diferente das respectivas tôrres, sendo êsse esmalte idêntico ao que foi mencionado em segundo lugar no brasonamento da coroa mural. Deduz-se, portanto, que as portas são vermelhas, como o fôrro da coroa.

## DIVISA: «INDAIAL»

De prata, em listel de goles (vermelho), porque, como ensina o douto mestre Jouffroy d'Eschavannes, «as divisas devem ser sempre gravadas com letras de metal sôbre listão de côr, tomados um e outro das côres do brasão».

## SIMBOLOGIA

A origem do povoamento de Indaial é semelhante à do Município de Blumenau: nasceu primordialmente do esforço de imigrantes colonizadores que vieram em contingentes de várias procedências do continente europeu. Verificou-se à proporção que o dr. Hermann Blumenau foi estendendo, para leste, na direção das cabeceiras do rio Itajaí-açu, a medição e ocupação dos lotes da Colônia que fundara em 1850; e depois deter o mesmo território sido explorado pelo próprio dr. Blumenau, por Augusto Wunderwald e Emilio Odebrecht, engenheiro auxiliares da administração, o primeiro da Colônia Dona Francisca (atual Joinville) e o segundo da de Blumenau. (35)

O desbravamento do atual território do município, todavia, principiou de fato no tempo da guerra do Paraguai, desde 1860, por famílias brasileiras vindas de Armação, Itajaí, Camboriú e Pôrto Belo, construíram suas choupanas à margem esquerda do rio Itajaí-açu, derrubaram a mata virgem e fizeram as primeiras plantações. (36)

Êste núcleo primitivo, denominado *Carijós*, e localizado à barra do rio Benedito, o dr. Blumenau arquitetou o projeto de transformar em vila, que poderia ser a sede de distrito da Colônia de Blumenau. Por isso, procedeu-se então ali à reserva de lotes para diversas finalidades (escolas, igrejas, cemitério etc.), a fim de que ao progresso do lugar não chegasse a imprevidência a ocasionar embaraços à vida administrativa. (37)

Carijós, no entanto, devido às dificuldades naturais em que nasceu, sobretudo a impropriedade topográfica, não alcançou o esperado progresso e logo foi suplantado e até mesmo absorvido por um povoado próximo, surgido em época posterior na margem fronteira do rio Itajaí-açu — **Indaial**. Este povoado, pela lei provincial nº 1.116, de 4 de setembro de 1886, passou a ser sede de distrito de paz, então criado, do Município de Blumenau, sendo o 3º na sua divisão administrativa.

Um septênio mais tarde, por motivos da politicagem desenfreada originada pela desordem então reinante nos Estados sulinos, Indaial foi desmembrado do Município de Blumenau e, em virtude da lei estadual nº 92, de 4 de outubro de 1893, passou a constituir município autônomo. Foi instalado e sua Câmara nomeada. Depois entretanto, de alguns meses de funcionamento, voltou, em consequência do decreto estadual nº 189, de 29 de maio de 1894, às suas condições anteriores de distrito, nas quais permaneceu até 1934. (38)

Nesse, ano, a 28 de fevereiro, o Interventor Federal em Santa Catarina, Aristiliano Ramos, considerando a população e o desenvolvimento econômico alcançados, outorgou a Indaial, através do decreto estadual nº 526, as prerrogativas de município, que foi instalado em 21 de março de 1934. No mesmo ano, Indaial também foi elevado à categoria de Comarca.

São êstes justamente os fatos históricos recordados nas Armas municipais de Indaial.

As flechas recordam o primeiro núcleo de povoamento do atual Município de Indaial, **Carijós**, que como se sabe é um vocábulo indígena. Esta era a designação por que eram conhecidos os habitantes da faixa litorânea da região meridional brasileira, denominação que foi aplicada depois, em analogia admissível, aos desbravadores caboclos e luso-brasileiros da região. (39)

As flechas lembram também o fato histórico de o povoado ter merecido logo, embora se êxito, um traçado urbano: estão dispostas em quadro, formando uma área perfeitamente delimitada, como um lote ou mesmo um território definido.

Os **besantes de ouro**, em simbologia nova e peculiar, simbolizam os pequenos frutos do coqueiro **indaiá** ou **andaiá** (*Pindarea concinna*, *Pindarea faustosa* ou ainda, *Attalea exigua*, Mart.), cuja relativa abundância nas terras do município deu origem à sua própria denominação. (40)

Estão dispostos nos limites do escudo, como a demarcar o território municipal. Sua quantidade, trinta e quatro, recorda uma das datas mais memoráveis na vida de Indaial: o ano de 1934, quando ocorreu sua definitiva emancipação administrativa e jurídica.

---

Está assim perfeitamente elucidado o emblema distintivo que, em sua singela composição, simboliza de modo eloqüente o Município de

INDAIAL — e de acôrdo com a melhor tradição heráldica, porque a simplicidade das Armas é o principal elemento da sua maior distinção e da sua maior nobreza.

(a) Edison Mueller, heraldista



#### NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Edison Mueller, "Armorial Catarinense: II - Armas de Ascurra"; artigo na revista "Blumenau em cadernos", Blumenau (SC), abril de 1971 (tomo XII, nº 4); p. 65 e 68/69 (notas 1 a 3).
- 2 - René Le Juge de Segrais, «Resumo da Ciência do Brasão», tradução de Ruy Travassos Valdez; Livraria Bertrand, Lisboa, 1951, p. 127.
- 3 - Klemens Stadler, «Deutsche Wappen - Bundesrepublik Deutschland»; Angelsachsen-Verlag, Bremen, 1964/1970; volume 6, p. 60.
- 4 - Klemens Stadler, op. cit., volume 5, p. 109.
- 5 - Rosemary Manning, «Heraldry»; A. & C. Black, Ltd., Londres, 1966; p. 53 — Jiri Louda, «Europäische Städtewappen»; Genesis-Verlagsanstalt, Balzers, 1969; p. 65/66.
- 6 - «Der Grosse Brockhaus»; F. A. Brockhaus, Leipzig; edição de 1930; volume 7 (GAS-GZ), p. 763.
- 7 - «The Armorial Bearings of the County Borough of Bolton»; folheto publicado pelo «Information Officer» da cidade de Bolton, Grã-Bretanha, s/d (c. 1971).
- 8 - Jiri Louda, op. cit., p. 198 — Donald Attwater, «The Penguin Dictionary of Saints», 2ª edição; Penguin Books, Harmondsworth, Grã-Bretanha, 1966; p. 165.
- 9 - Klemens Stadler, op. cit., volume 3, p. 73 — «Enciclopédia Brasileira Mérito»; Editôra Mérito S.A., São Paulo, 1964; volume 20 (TURN-ZYROS), p. 118.
- 10 - C. Wilfrid Scott-Giles, «The Romance of Heraldry», 6ª edição; J. M. Dent & Sons, Ltd., Londres, 1967; p. 25 — Donald Attwater, op. cit., p. 109/110.
- 11 - Klemens Stadler, op. cit., volume 3, p. 64.
- 12 - F. P. de Almeida Langhans, «Heraldica - Ciência de Temas Vivos»; ed. Gabinete de Heráldica Corporativa da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Lisboa, 1966; p. 126, 446 e 457.
- 13 - Denys-François Gastelier de la Tour, «Dictionnaire Héraldique»; chez

- Lacombe, Libraire - Paris, 1774; p. 192 — H. Gourdon de Genouillac, "L'Art Heraldique"; Maison Quantin, éditeur; Paris, 1889; p. 83 e 263 — G. L. Santos Ferreira, "Armorial Português - 3ª parte, Vocabulário Heráldico"; Livraria Universal de Armando Joaquim Tavares, Lisboa, 1920; p. 85 — P.-B. Gheusi, "Le Blason - Traité Complet del a Science des Armoiries"; Henri Lefèbvre ed., Paris, s/d (c. 1933); p. 328 — Armando de Mattos, "Manual de Heráldica Portuguesa"; Livraria Fernando Machado, Pôrto; 3ª edição, s/d (c. 1960); p. 112 — Antônio Machado de Faria, "Vocabulário Heráldico" in «Armorial Lusitano»; Editorial Enciclopédia Ltda.; Lisboa, 1961; p. 603.
- 14 - Julian Franklyn, «Heraldry»; Arco Publications, Londres, 1995; p.99 — Julian Franklyn, «Shield and Crest», 3ª edição; MacGibbon & Kee, Londres, 1967; p. 200 — A. G. Puttock, «A Dictionary of Heraldry and related subjects», John Gifford, Londres, 1971; p. 20/21.
- 15 - Piero Guelfi Camajani, «Dizionario Araldico», 3ª edição; Ulrico Hoepli - Editore, Milano, 1940; p. 96 — H. Gourdon de Genouillac, op. cit., p. 84.
- 16 - G. L. Santos Ferreira, op. cit., p. 125 e 20/21 — Armando de Mattos, op. cit., p. 145 e 36.
- 17 - G. L. Santos Ferreira, op. cit., p. 74.
- 18 - Denys- François Gastelier de la Tour, op. cit., p. 40 — Marquês de Magny (Claude Drigon), «Nouveau Traité Historique et Archéologique de la Vraie et Parfaite Science des Armoiries»; Librairie Ancienne et Héraldique d'Aug. Aubry, Paris, 1856; deuxième partie, premier tome, p. 242, — G. L. Santo Ferreira, op. cit., p. 28 — C.C. Chamberlain, «Guide to Numismatics»; The English Universities Press Ltd., Londres, 1960; p. 13 e 154 — F. P. de Almeida Langhans, op. cit., p. 93.
- 19 - Vide por exemplo as armas dos seguintes Bancos: Bank of Scotland (1701), National Provincial Bank Ltd. (1952), Midland Bank (1952), District Bank Ltd., The Union Discount Company of London Ltd., The Royal Bank of Scotland Ltd. (1960) e The National Bank Limited.
- 20 - Segundo J. R. Planché, *apud* C. Wilfrid Scott- Giles, op. cit., p. 70.
- 21 - René Le Juge de Segrais, op. cit., p. 124 — Heather Child, "Heraldic Design", 2ª edição corrigida; George Bell & Sons, Londres, 1966; p. 26 — Leslie Gilbert Pine, "Heraldry and Genealogy", 2ª edição, The English Universities Press Ltd., Londres, 1968; p. 30/31 — Gastão de Mello de Mattos e Luís Stubbs Saldanha Moteiro Bandeira, "Heráldica"; Editorial Verbo Ltda., Lisboa, 1969; p. 208.
- 22 - F. P. de Almeida Langhans, op. cit., p. 31.

- 23 - G. L. Santos Ferreira, op. cit., p. 49/50 — F. P. de Almeida Langhans, op. cit., p. 39/40.
- 24 - G. L. Santos Ferreira, loc. cit.. — René Le Juge de Segrais, op. cit., p. 22/26 — F. P. de Almeida Langhans, op. cit., *passim*.
- 25 - Gastão de Mello de Matos e Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, op. cit., p. 208 — Leslie Gilbert Pine, op. cit., p. 104/107.
- 26 - C. Wilfrid Scott-Giles, op. cit., p. 226.
- 27 - Heather Child, op. cit., p. 21 — Leslie Gilbert Pine, op. cit., p. 135.
- 28 - Arthur Charles Fox-Davies, «A Complete Guide to Heraldry», 8ª edição, rev. e anot. por J. P. Brooke-Little; Thomas Nelson & Sons Ltd., Londres, 1969; p. 106.
- 29 - Marquês de Magny, op. cit., p. 34. — G. L. Santos Ferreira, op. cit., p. 30 — Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 87 — Armando de Mattos, op. cit., p. 47 — René Le Juge de Segrais, op. cit., p. 42/43 — F. P. de Almeida Langhans, op. cit., p. 83.
- 30 - P.-B. Gheusi, op. cit., p. 74.
- 31 - Julian Franklyn (cf. nota 14, *supra*), p. 44 e 47, respectivamente.
- 32 - Denys-François Gastelier de la Tour, op. cit., p. 309 — H. Gourdon de Genouillac, op. cit., p. 35 — Arthur Charles Fox-Davies, op. cit., p. 108 — Piero Guelfi Camajani, op. cit., p. 142 — René Le Juge de Segrais, op. cit., p. 48 — Julian Franklyn (cf. nota 14, *supra*), p. 47 e 49, respectivamente.
- 33 - Arthur Charles Fox-Davies, loc. cit..
- 34 - Edison Mueller, op. cit., p. 67 e 69/70 (notas 22 a 26).
- 35 - J. Ferreira da Silva, «Indaial - Ligeiro Histórico»; artigo na revista «Blumenau em cadernos», Blumenau (SC), s/d (c. setembro de 1966) (tomo VIII, nº 2), p. 23.
- 36 - Frei Estanislau Schaette OFM, «Notícias históricas sôbre o Município de Indaial» in «Jubileu de ouro da construção da igreja de Santa Inês em Indaial»; Livraria e Tipografia Carl Wahle S. A., Blumenau, 1945; p. 1.
- 37 - Theobaldo Costa Jamundá, «Indaial - Município do Vale do Itajaí-açu»; s/indic. editor, 1943; *passim*.
- 38 - J. Ferreira da Silva, op. cit., *ibidem*.
- 39 - Theobaldo Costa Jamundá, op. cit., p. 18 e seguintes.
- 40 - Hildebrando de Lima, Gustavo Barroso e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, «Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa», 9ª edição; Editôra Civilização Brasileira S. A., São Paulo, 1951; p. 674 — J. Ferreira da Silva, loc. cit. — Theobaldo Costa Jamundá, op. cit., p. 28.

# CRONOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA

Por GUSTAVO KONDER

No próximo mês de Setembro, deste ano, festeja-se em todo o Brasil o 150º. aniversário da nossa independência política e administrativa.

Resolvi então historia-la e, para tal fim, aprofundei-me nos melhores livros de história do Brasil, ou seja nas obras dos erudidos Max Fleiuss e Pedro Calmon, extraíndo daí os fatos mais interessantes, ligeiramente resumidos, para os meus amigos leitores conhecerem melhor a epopéia da nossa independência.

Em face da invasão das forças napoleonicas, sob o comando do General Junot, em Portugal, que era aliado da Inglaterra, resolveu D. João seguir a prudente sugestão do seu conselho de Estado, partindo precipitadamente para o Brasil Colônia, em 29 de novembro de 1807, com a sua Real Família constituída da rainha mãe Da. Maria I, a louca; sua tia, Da. Benedicta; a sua espôsa Da. Carlota Joaquina e os sete filhos, entre eles o príncipe D. Pedro; e a comitiva de 15.000 pessoas, carregando consigo o que de melhor se podia levar dos tesouros do Reino, mais de 80 milhões de cruzados, deixando apenas ficar em Lisbôa 10 mil cruzados e sem que houvesse pago a ninguém.

Depois de três dias de espera, por ventos propícios, D. João e toda a sua Côrte partiram finalmente para os mares atlânticos. Duraram 54 dias a travessia do Atlântico, em virtude dos maus tempos reinantes, a nau-capitania, que trouxe D. João, fundeou, enfim, nas aguas baianas, em 22 de janeiro de 1808, e dois dias depois desembarcava solenemente o príncipe-regente pelas 5 horas da tarde, ao troar da artilharia da terra e mar, por entre aclamações festivas da multidão apinhada nas praças e nos morros.

Quatro dias depois de sua chegada, D. João assinava a famosa carta régia da abertura de nossos portos ao comércio livre com as nações amigas. Inestimável benefício prestado à nossa pátria, passo agigantado na grande obra de nossa independência e grandeza nacional. Ainda decretou a criação da primeira Escola de Medicina da Baía, a pioneira do Brasil.

Em virtude da pouca segurança, oferecida na barra e porto da Baía, resolveu a Côrte real transferir-se para o Rio de Janeiro e, em 7 de março de 1808, pelas 3 horas da tarde, encorava a esquadra real perto da ilha das Cobras, sob o ribombar da artilharia, tanto das fortalezas, como dos navios esparsos na baía de Guanabara. No dia seguinte desem-



barcava festivamente o príncipe regente com a sua comitiva, ruidosamente aclamado pela população, que correu á assistir a esse espetáculo inédito. Por entre badaladas de sinos, salvas, toques de clarins, música e flôres, D. João pisou no cais, em frente ao qual foi erguido um rico altar, onde o príncipe se ajoelhou para agradecer a Deus por te-lo salvo ao cabo de tão atribulada viagem.. Depois o préstito real rumou para a Igreja do Rosário, onde se celebrou um Te-Deum. Duraram assim as festas públicas 9 dias e, em meio de alegria geral, foi D. João aclamado repetidamente pelo povo como sendo o imperador do Brasil. Um negociante português, Elias Antonio Lopes, em sinal de ufanía, ofereceu á D. João a sua propriedade particular - a Quinta da Boa Vista, - localizada no bairro de S. Cristóvão, para servir de palácio aos reis do Brasil. Entretanto, pouco tempo depois, o mesmo negociante apresentava a conta ao príncipe...

Pululavam então, no Rio de Janeiro, um milhar de funcionários públicos e outro milhar de válidos da Côrte. Com isso, os cariocas de 1808 sofreram vexames para hospedar tão numerosa e régia comitiva, tendo de entregar as suas próprias residencias, por imposição prévia da policia do Vice-Rei, o Conde dos Arcos, que foi o primeiro a ceder o seu palacete ao príncipe, o grande número de fidalgos, clérigos, militares, e burocratas da Metrópole, e de irem refugiar-se nos bairros afastados em casas rústicas e acanhadissimas. Aos recalcitrantes dava-se oficialmente ordem de despejo por meio de iniciais PR (Príncipe Regente), timbrada na porta principal da casa escolhida, e cujas letras o povo carioca ironicamente interpretava pelo convite de «Ponha-se na Rua»!

Durante os treze longos anos de regência (os três últimos foram governados por D. João VI em face do falecimento da rainha mãe, Da. Maria I). O seu governo fôra sábio, pois incitou grandes melhoramentos e fundações entre eles o Banco do Brasil; Jardim Botânico; Escola de Belas Artes; Segunda Escola de Medicina, no Rio; Supremo Conselho Militar; Escola Econômica; Arquivo Real Militar do Brasil; Arsenal da Marinha; Imprensa Régia, onde surgiu pouco depois o primeiro jornal official «Gazeta do Rio de Janeiro»; Bibliotéca Real; Primeira Fundação de Ferro em Minas Gerais; Fábrica de Pólvora; e muitas centenas de iniciativas, por intermédio dos decretos e alvarás.

Fato interessante para os catarinenses: em 18 de março de 1818 foi promulgado um decreto, promovendo o estabelecimento de um hospital de águas termais de Cubatão, da ilha de Santa Catarina, e, em 9 de setembro de 1820, saiu um Alvará desanexando a Vila de Lages da Capitania de S. Paulo, incorporando-a á de Santa Catarina. Entre os anos de 1818 a 1821, foi fundada a colônia de Nova Ericeira; a exploração do rio Itajaí e depois fundou a colônia de Itajaí, cujos primeiros habitantes foram 100 soldados portugueses do 12º batalhão, de que era comandante o então Coronel Madeira, destacado em Santa Catarina, percebendo esses colonos militares 160 reis diários no primeiro ano e 80 no segundo.

A elevação do Brasil a Reino, em 6 de fevereiro de 1818, e as

festas ocorridas como as da Aclamação de D. João VI no Rio, «deram motivos de vaidosa exaltação para os brasileiros e de rancoroso despeito para os portugueses».

Os últimos três anos do seu reinado foram de luta vigorosa entre essas duas correntes políticas, opostas, que o movimento constitucional no Porto (Portugal) peiorou seriamente.

D. João VI oscilava entre as duas pontas de um dilema: ou ficava no Brasil e expunha-se a perder Portugal, ou regressava à Europa e fatalmente ficaria sem o trono. Em seu admirável bom senso, aceitou o último alvitre, e isso foi talvez, como ronicamente disse alguém: o benefício mais equivoco e mais discutível que lhe devemos, ou, aquele que menos direito tem ao reconhecimento dos brasileiros.

A 23 de abril de 1821 editava D. João VI as suas duas últimas proclamações, aconselhando a Brasileiros e Portugueses no Brasil inteira fidelidade ao príncipe regente, seu filho; e ao separar-se dele, a 26 de abril, por ocasião de levantar ferro a esquadra, o rei, achando-se a bordo da nau capitania, «D. João VI», quase em frente á fortaleza de Santa Cruz, olhando para a cidade, abraçando, com muita emoção, pela última vez, ao lançar-lhe ao pescoço a insignia de Tosão de Ouro, preferiu aquelas palavras proféticas, confirmadas pelo próprio príncipe D. Pedro, em sua correspondência: -«Bem antevejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal. Nesse caso, se não poderes conservar a Côroa, guarda-a para ti e não a deixes cair em mãos de aventureiros»:

Diz-se que, antes de partir, pelas 6 horas da manhã brumosa, exclamára D. João VI, indicando a terra do Brasil, que fora a tabua de salvação da dinastia portuguesa:

- «ALI É QUE FUI FELIZ E QUE FUI REI!».

Dizem as más linguas daquela época que, Da. Carlota Joaquina, a rainha e espôsa de D. João VI, sempre nutria grande aversão pelas coisas do Brasil, tanto que ao embarcar para Portugal, jogou fóra os seus sapatos para não levar a poeira da nossa abençoada terra!

Com o rei rumaram-se para a Metrópole Portuguesa perto de quatro mil pessoas da mais alta representação social, fidalgos, abastados negociantes, capitalistas, que transportaram consigo todos os seus haveres. O Rei deixou o Tesouro vazio e o Banco do Brasil falido, pois carregou soma elevadíssima em espécie metálica, bens, dinheiro de contado, jóias de alto preço; tudo o que representava valor foi drenado, num ápice, para Portugal.

(Continua no próximo número)

## ALGUMAS EFEMÉRIDES BLUMENAUENSES DO MÊS DE MAIO

- 1º de 1889 - Começam as aulas da «Neue Schule», com 69 alunos. M. Merck dirigiu uma alocução aos alunos e professôres.
- 1º de 1881 - Foi reorganizada a «Freundschaft Verein» cujas reuniões deveriam realizar-se todos os domingos à noite.
- 4º de 1883 - Foi publicado edital pela Coletoria das Rendas Gerais, de que era Coletor Guilherme Engelke, tornando público que a 5 de junho seria vendido, em leilão, o material do baracão pertencente ao Estado, na praça da Vila.
- 6 de 1885 - Falece na residência do Dr. Guilherme Engelke, em Salto Weissbach, o sr. Wiegando Engelke Junior, filho do Dr. Wiegando Engelke, residente em Joinville (pai do atual bispo de Campanha, Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke)
- 10 de 1885 - Morre afogado no Ribeirão Gaspar o velho colono Mathias Wagner, um dos primeiros moradores da região.
- 12 de 1889 - Chegam a vila Blumenau 40 italianos, vindos da Colônia S. Pedrinho, Rodeio, de onde fugiram com receio dos assaltos dos bugres. No mesmo dia retiraram-se para outros lugares da província. Houve grande enchente do Itajaí, a maior observada depois de 1880.
- 12 de 1883 - Em Salto Weissbach, foi encontrada enforcada a filha do colono Franz Egger, Augusta de 17 anos incompletos, ignorando-se o motivo que a levou a êsse ato de desespero.
- 14 de 1882 - Em reunião da «Cultur Verein» é eleita a nova diretoria: Presidente, Dr. Fritz Mueller; vice, Júlio Sametzki.
- 16 de 1882 - Com 85 anos de idade, falece o hoteleiro Johann Schrepp
- 20 de 1882 - Guilherme Asseburg é nomeado consul da Argentina em Itajaí. Guido von Sekendorf assume o exercício do cargo de Delegado de Polícia de Blumenau.
- 22 de 1888 - Com 79 anos de idade, falece Augusto Herbst, um dos mais antigos colonos. Era sogro de Hermann Wendeburg.

- 25 de 1881 - Chegam a Blumenau cêrca de 80 novos colonos, os quais vinham dirigidos ao Destêrro e dali, sem orientação por parte das autoridades, foram para Blumenau, uns a pé, outros em iates até Itajaí onde embarcaram no «Progresso» para Blumenau.
- 30 de 1883 - «Immigrant» publicava o seguinte: ROUBO. Na noite de 28 para 29 dêste mês, o sr. Heinrich Koehler, aqui residente, foi roubado nas roupas que puzera a enxugar no páteo de sua casa. Os roubos de roupa tem sido frequentes e, por isso, a Câmara Municipal deve pensar em organizar uma guarda noturna que impedisse essas surpresas tão desagradáveis.
- 30 de 1883 - No número 9 do «Immigrant» foi publicado um artigo ofensivo ao Dr. Fritz Mueller, atribuindo-lhe as desuniões e as discórdias que reinavam no seio da sociedade blumenauense, chegando a afirmar que êle «transformara o paraíso que era a colônia, num inferno». «Blumenauer Zeitung» veio em defesa do sábio. Outros elementos de alto conceito publicaram, no número de 2 de Junho, a seguinte declaração: «Afim de esclarecer os que, pela leitura dos jornais, acompanham a vida local, declaramos que é uma injustiça atribuir ao nosso respeitável concidadão Dr. Fritz Mueller a perturbação da paz da família blumenauense. Os perturbadores do «eden blumenauense» devem ser procurados em outra direção. Blumenau, 31 de maio de 1883. H. Probst, Victor Gaertner, Dr. W. Eberhardt, Julio Baumgarten, Luiz Sachtleben, H. Avé Lallement, Dr. Hermann Blumenau, Sametzki, F. Schrader, Friedrich Deeke, Friedrich van Ockel, Bernard Hoepner, Hermann Baumgarten, Peter Hartmann, F. Faust, Heinric Froehner, Guido von Seckendorf, Dr. Francisco Valloton, H. Watson».



BLUMENAU em terra, no mar e... no ar. Já vimos que o nome de nossa cidade está em muitas ruas praças, estabelecimentos comerciais e instituições sociais por este Brasil a fora. E há, também, um transatlântico da Companhia Hamburguesa, com o nome de «Blumenau», que faz a linha Hamburgo-Nova York. Apresentamos, hoje, o clichê do «Blumenau», hidro-avião do Sindicato Condor escalando, em 1933, no porto de Itajaí. (Gentileza da Foto Universal, de Alfredo Wilhelm).

## TRÊS PINGOS DE HISTÓRIA

★ Não sabemos muito bem porque a Câmara Municipal da Vila de São Sebastião da Foz do Tijucas, lá pelos idos de 1862, mal haviam se passado três anos da sua emancipação e elevação à freguesia, andava às turras não só com muitos moradores do lugar, como com diversas das suas autoridades. Aliás, dêsse mal sofreram também outros municípios catarinenses (e quem sabe lá se não de outros estados do Brasil) logo após a sua instalação. Provavelmente, as combinações políticas, os interesses contrariados, as manobras eleitorais tendentes a concretizar as aspirações do povo, muitas vezes as de um grupo de indivíduos, apenas, que desejavam governar-se por si mesmos, influíram nas agitações seguintes à emancipação.

★★ A Vila de São Sebastião da Foz do Tijucas não passava de um pequeno povoado, criado à margem esquerda do rio, no local «parada» existente na estrada que da cidade do Destêrro seguia para a cidade de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, no norte da Província. Era um município pobre e que, por mais de uma vez, teve a sua sede mudada para a Vila de Pôrto Belo e a dêste Município para a de Tijucas. Tanto esta como a sua vizinha estavam à mercê das contingências políticas da época em manterem a sua autonomia.

★★★ Como dizíamos acima, naquele longinquo 1862 a Câmara de Tijucas vivia implicando com muita gente. Com o Professor de primeiras letras, com o agente do Correio, com o Coletor das Rendas diversas e com muita outra gente. Veja-se, por exemplo, êste officio que, a 2 de setembro daquele ano, a Câmara Municipal enviou ao Exmo. Conselheiro Vicente Motta, presidente da Província: «... Cumprindo, portanto, a respeitável determinação de V. Excia. esta Câmara em sessão do dia de ontem, prevalecendo-se da oportuna ocasião, tem o dever de repelir, respeitosamente ante V. Excia. as provocações que lhe são dirigidas pelo insolente e confiado mestre-escola Tomás Francisco Xavier por quanto esta não é sapientíssima e nem merece de um tal empregado provincial, os pontos de admiração que, por achincalhe, a esta corporação, empregou na sua petição. Êsse mau empregado está acostumado a ser moleque e pensa que os Membros desta Câmara Municipal são alguns moleques daqueles que o têm acompanhado quando êle tem andado mascarado se dando ao desfrute neste lugar...» E assim por diante.

## UM LIVRO CHAMADO «BLUMENITA»

Carlos Braga Mueller

Eu não sabia que existia esse livro, assim como acredito que a maioria dos blumenauenses também não o saiba. Até que um dia encontrei-me com o seu autor, Evaldo Pauli, professor da Universidade Federal de Santa Catarina. E por sinal encontramos-nos numa ocasião bastante significativa: José Ferreira da Silva lançava, em noite de autógrafos, sua «História de Blumenau».

Filósofo que é, Evaldo Pauli, além de já ter publicado vários títulos versando sobre a filosofia, incurcionou também no campo da ficção. Escreveu «Madrugadas de Marina», «As Filhas de Tubarão» e este «Blumenita», estória que envolveu Blumenau e uma jovem loura aqui nascida, e por esse motivo assim batizada pelo autor.

A apresentação do livro é de Celestino Sachet e a obra dedicada a Ferreira da Silva. Isto tudo aconteceu em 1966, ou seja há 6 anos. Sente-se, então, a falta de divulgação sobre as obras dos escritores catarinenses; a falta de apoio dos órgãos competentes. É bem verdade que hoje temos um panorama um pouco diferente: escritores daqui já conseguem vender seus livros até lá fora, como é o caso de Péricles Prade e de Hoffmann, com os seus livros «Milagres do Cão Jerônimo» e «A Crônica do Medo», respectivamente.

Mas voltemos a «Blumenita». A estória encerra um conteúdo filosófico que chega, por vezes, a impressionar.

O autor situa os acontecimentos em 1964, pouco antes de eclodir a Revolução de 31 de Março. Mistura ficção com realidade. Os personagens, amigos entre si, acabam divididos pela Revolução, em virtude de abraçarem ideologias diferentes.

As descrições de Pauli partem sempre de cima. Ele vê tudo do alto. Por isso voa. De avião, percorre a costa do sul do país. Desde Florianópolis até Porto Alegre. Depois sobrevoa o Vale do Itajaí, fazendo sempre referência a três pontos distintos: o Morro do Baú, o «Spitzkopf» e o teto, branco qual nuvem, da igreja de Blumenau. As cenas se sucedem: a casa do pai de Blumenita, em Camboriú; a trama e conseqüente prisão do chefe esquerdista na hora «H», em que seriam incendiados os depósitos de gasolina e gás de Itajaí e destruídas as principais fábricas da «Grande Blumenau», inclusive a igreja-teto-nuvem; tudo isso flui da pena ágil e da mente engenhosa do ficcionista, numa antevisão dantesca do que poderia ter sido uma revolução sangrenta e cruel, mas que felizmente teve um epílogo feliz, preservado a democracia e a liberdade da Pátria.

A capa do livro, desenhada pelo conhecido Fossari, mostra o rosto de uma loura, no caso Blumenita; em segundo plano os arcos laterais da igreja matriz de Blumenau.

Como o livro é difícil de ser encontrado, se você tiver interesse em conhecê-lo, procure entrar em contato com o autor, através da Universidade Federal, em Florianópolis.

polis. Talvez ele tenha disponível alguns exemplares.

É uma obra modesta mas que toca bem de perto os blumenauenses. Por isso merece ser lida. E merece também os nossos aplausos, embora tão tardiamente, o prof. Evaldo Pauli, pela lembrança que teve de destacar tão bem a região do Vale do Itajaí.

## UMA REFERÊNCIA ANTIGA

J. O. BERNER

Durante os últimos anos de meus estudos na Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, atual Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, encontrei na biblioteca, um livro que falava dos bens minerais e dos rios do Brasil. Este livro foi editado em 1809. Consultei-o várias vezes. De muito pouco recorde-me atualmente, na verdade só duas referências bem interessantes ficaram gravadas em minha mente e ambas referentes ao Vale do Itajaí.

A primeira referia-se a uma jazida de platina, metal nobre, existente no norte do Estado. Acreditei, de início, que deveria ser a serra que fica situada ao norte da estrada de Joinville e a Jaraguá o local da jazida. Em anos recentes, por acaso, esta foi reencontrada, perto de Itajaí, na localidade de Boa Vista, onde a EFSC tinha uma parada.

A outra referência falava do Rio Itajaí-açú. Não me lembro como era chamado realmente, mas estou muito bem lembrado que dizia ficar no lugar mais largo do rio numa região chamada INDAZAL (o grifo é meu). Ora, há muita semelhança entre Indazal e Indaial, onde realmente o rio é mais largo.

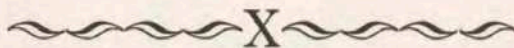
Estive novamente na mencionada biblioteca, em 1970 e 1971, mas nada mais foi possível encontrar. Consultei a bibliotecária, mas nada pode precisar. É bem possível que o livro tenha sido transferido a outra biblioteca no Rio de Janeiro.

# CREMER S/A.

## Produtos Têxteis e Cirúrgicos

BLUMENAU - Rua Iguaçú, 291/362 - Santa Catarina

Caixa Postal, 953 - Fone 22-1066



Gazes e Ataduras Medicinais

Ataduras Gessadas

Algodão Hidrófilo

Fraldas para bebês

Faixas Higiênicas para senhoras

Artigos de primeira Qualidade.



**ELECTRO AÇO ALTONA S.A.**



**BLUMENAU CAIXA POSTAL,30 S<sup>TA</sup>-CATARINA**